REVISTA feminismos

A PROBLEMÁTICA DO ASSÉDIO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: PASSOS RUMO À PREVENÇÃO E AO ENFRENTAMENTO A PARTIR DE REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Diego Costa Mendes[1]
Mariana Ramalho Procópio Xavier[2]
Jullya Agatha Monteiro Costa[3]

Resumo: Este artigo trata de uma revisão integrativa da literatura sobre o assédio no ambiente universitário e tem como objetivo mapear discussões existentes na literatura a partir das dimensões: política, cultural, social e econômica, bem como discutir sobre estratégias de prevenção e enfrentamento presentes no corpus analisado. A metodologia baseou-se na análise sistemática de 38 artigos publicados entre 2015 e 2024, selecionados nas bases *Web of Science* e *Scopus*, a partir de critérios de inclusão e exclusão. Os resultados tendem a indicar que o assédio é um fenômeno estrutural, enraizado em relações de poder e desigualdades de gênero, raça e classe, afetando desproporcionalmente mulheres e minorias sociais. As contribuições teóricas incluem a síntese de conceitos e a análise multidimensional e interseccional do problema. Sobretudo, o estudo aponta a necessidade de políticas institucionais eficazes, como protocolos claros, canais de denúncia seguros, campanhas de conscientização, formação especializada e outros elementos para combater a violência, promover ambientes seguros e formas de convivência ética e bioética.
Palavras-chave: assédio moral; assédio sexual; universidades; comunidade acadêmica.

Abstract: This article is an integrative review of the literature on harassment in the university environment and aims to map existing discussions in the literature based on political, cultural, social and economic factors, as well as discuss prevention and coping strategies present in the corpus analyzed. The methodology was based on the systematic analysis of 38 articles published between 2015 and 2024, selected from the Web of Science and Scopus databases, based on inclusion and exclusion criteria. The results tend to indicate that harassment is a structural phenomenon, rooted in power relations and inequalities of gender, race and class, disproportionately affecting women and social minorities. The theoretical contributions include

[1] Professor no Departamento de Administração e Contabilidade, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) e do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), ambos da Universidade Federal de Viçosa, onde atua como docente e orientador de teses e dissertações. Doutor e mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco.
[2] Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atua como docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio doutoral realizado na Université Paris-Est Créteil, na França. Mestre também em Estudos Linguísticos pelo POSLIN/UFMG e graduada em Comunicação Social Jornalismo pela UFV. Realizou Pós-Doutorado em Mídia e Estudos de Gênero na Lancaster University, na Inglaterra.
[3] Graduanda no Bacharelado em História na Universidade Federal de Viçosa e pesquisadora (iniciação científica) no Grupo de Investigação sobre Trabalho, Gestão e Diferenças (GiD).. Universidade Federal de Viçosa

both the synthesis of concepts and the multidimensional analysis of the problem. Above all, the study highlights the need for effective institutional policies, such as clear protocols, safe reporting channels, awareness campaigns, specialized training and other elements to combat violence and promote safe environments. The relevance of the topic concerns the impact of harassment on the academic community and the urgency of transforming educational institutions into spaces for ethical, bioethical and violence-free coexistence.
Keywords: moral harassment; sexual harassment; universities; academic community.

1. Introdução

O crescente desenvolvimento de pesquisas científicas sobre o assédio tem sido problematizado e buscado por proposições de enfrentamento ao fenômeno em diferentes contextos organizacionais. O debate está em voga em distintas regiões ao redor do globo, tendo sido influenciado pelo crescimento das pautas sociais durante o final do século XX e início do XXI.

No que diz respeito especificamente ao contexto brasileiro, esse percurso também acompanha o surgimento recente de legislações que visam o enfrentamento da problemática, como a Lei nº 14.540/2023 - que estabelece como obrigatoriedade o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual -, a Lei 14.457/2022 – que promove a igualdade de gênero e a prevenção do assédio no local de trabalho, estabelecendo regras sobre comportamentos relacionados ao assédio sexual e outras formas de violência – e a Lei 14.612/2023 – a qual, além de definir, reconhece o assédio moral e o assédio sexual como infrações ético-disciplinares no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil.

No âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), na última década, a literatura internacional tem reconhecido o assédio como problema estrutural que transcende fronteiras geográficas e culturais, manifestando-se em diferentes contextos universitários, destacando a prevalência de pesquisas sobre o assédio sexual sobre o assédio moral, prática que afeta desproporcionalmente as mulheres (He et al., 2024).

Com base nesta literatura, é possível afirmar que o assédio é uma extensão de relações hierárquicas e de poder internalizados no contexto organizacional das IES. As universidades reproduzem dinâmicas de opressão e de desigualdade social presentes na sociedade contemporânea, e os marcadores sociais que dinamizam esse sistema são aqueles que, ao longo do processo de formação sócio-histórica, definiram os grupos

marginalizados socialmente, em especial a partir de diferenças de identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia (Lai, 2024; Pilgaard et al., 2022).

Ante o exposto, este artigo tem como objetivo mapear a discussão sobre assédio moral e sexual a partir de uma revisão integrativa da literatura internacional, contribuindo para a compreensão das especificidades desta prática nociva no contexto universitário a partir das dimensões cultural, política, econômica, social e institucional que estão estruturadas na modernidade e são responsáveis por desencadear (ou prolongar) a vigência de condutas violentas e desmoralizantes dentro das IES.

A presente investigação está pautada na necessidade de compreender o fenômeno que viola os direitos fundamentais e que, além disso, impacta a saúde mental e o desempenho da comunidade acadêmica (Sidelil, Cuthbert e Spark, 2022). O estudo sobre o assédio, portanto, permite a ampliação do debate sobre normas e estruturas sociais violentas e opressoras que se fazem vigentes dentro das universidades, tornando indispensável a promoção de políticas institucionais eficazes, protocolos de prevenção e mecanismos de denúncia que promovam ambientes mais seguros e inclusivos.

Sumariamente, além desta introdução, o artigo se divide em: referencial teórico, com discussões conceituais sobre o assédio moral e o assédio sexual, além de abordar particularidades dessas práticas no contexto universitário; procedimentos metodológicos, que descreve a estratégia seguida para a coleta e análise que resultou na revisão realizada; análise e discussão sobre o corpus selecionado; por fim, as considerações finais.

2. Assédio

O assédio é um fenômeno catalisado por diferentes matrizes comportamentais, as quais permitem a sua própria caracterização, portanto, ele pode se manifestar de diversas formas, incluindo a violência verbal, física e psicológica compreendidas dentro das dinâmicas sexual e moral (Brito et al., 2022; Klein e Martin, 2021; Fuentes-Vásquez, 2019).

No contexto organizacional, o assédio é visto como uma violência sutil e perversa que pode levar a profundos danos psicológicos, físicos e sociais para a vítima. Pode ser frequentemente associado a práticas de gestão autoritárias, à competitividade excessiva e à cultura organizacional que tolera ou até incentiva comportamentos hostis (Nunes e

Tolfo, 2015; Freitas, 2001). Nesse sentido, a vítima seria o sujeito marginalizado pelas estruturas de poder e desigualdade, enquanto o assediador é aquele que opera o fenômeno e reafirma a sua posição (Nunes e Tolfo, 2015).

O assédio sexual é uma forma específica de assédio que envolve condutas de natureza sexual indesejadas pela vítima e que podem incluir propostas, insinuações, gestos ou comentários de cunho sexual. É um comportamento frequentemente confundido com sedução, mas o limite claro é o não consentimento (Fuentes-Vásquez, 2019). O assédio sexual é reconhecido pela literatura como uma forma de discriminação sexual que demanda análise principalmente a partir da perspectiva de gênero (Pilgaard et al., 2022). A cultura organizacional e, sobretudo, a falta de políticas eficazes de prevenção e combate ao assédio sexual contribuem para a perpetuação desse fenômeno (Freitas, 2001).

O assédio moral é uma forma de violência psicológica que se caracteriza por uma sequência de condutas abusivas e repetitivas que visam desestabilizar emocionalmente a vítima. Essas condutas incluem humilhações, isolamentos, críticas excessivas, atribuição de tarefas degradantes e negação de comunicação (Freitas, 2001). É frequentemente associado a práticas de gestão perversas, onde o agressor utiliza seu próprio poder hierárquico para desqualificar e prejudicar a vítima (Nunes e Tolfo, 2015).

Em linhas gerais, a literatura compreende o assédio moral diretamente enquanto conduta abusiva, repetitiva e intencional que visa humilhar, constranger ou prejudicar a vítima, seja em seu ambiente de trabalho, acadêmico ou nas vivências cotidianas (González-Ramírez, 2024; Oliveira e Villas-Boas, 2016).

No contexto universitário, o assédio pode se manifestar em relação a toda a comunidade acadêmica (técnicos administrativos, servidores, docentes e discentes), já que as condutas geralmente são motivadas por disputas de poder, inveja, competição e abuso de autoridade (Nunes e Tolfo, 2015). Para tanto, tendo como dever moral e legal tornar os espaços acadêmicos seguros para todos os membros da comunidade, as universidades têm como compromisso transformar as suas próprias culturas institucionais.

A prevenção e o combate ao assédio requerem a implementação de políticas organizacionais claras e eficazes, incluindo a divulgação de informações sobre o tema, a realização de treinamentos e capacitações, e a criação de canais seguros para denúncia e apoio às vítimas. É fundamental que as Instituições de Ensino Superior adotem protocolos

e medidas preventivas, como: a criação de comitês de ética, a promoção de campanhas de conscientização e a implementação de políticas de gestão mais humanizadas e éticas (Nunes e Tolfo, 2015).

3. Procedimentos metodológicos

A revisão integrativa da literatura é um método de síntese de estudos publicados que permite a difusão de novos conhecimentos a partir de pesquisas anteriores (Botelho, Cunha e Macedo, 2011). Na presente pesquisa, a metodologia aplicada se pautou na revisão metódica de artigos sobre a temática do assédio no contexto universitário. Sistematicamente, o material selecionado foi observado a partir de critérios de inclusão e exclusão, seleção preliminar e avaliação detalhada (Botelho, Cunha e Macedo, 2011).

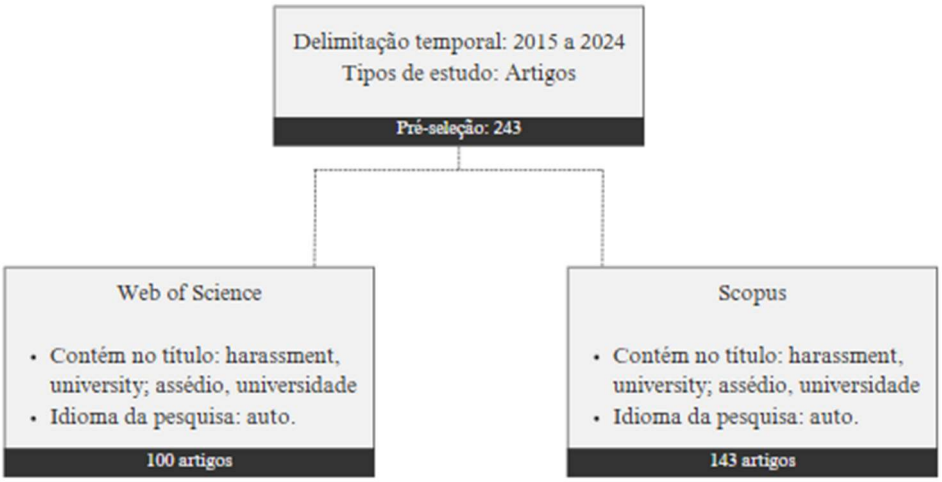
O desenvolvimento desta revisão foi organizado conforme as etapas previstas na Figura 01: a) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; b) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; c) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados a partir da leitura de títulos, resumos e palavras-chave; d) categorização dos estudos selecionados; e) análise e interpretação dos resultados.

Figura 01: Processo de revisão integrativa

Fonte: Adaptado de Botelho et.al. (2011).

A seleção preliminar foi realizada nas plataformas de busca *Web of Science e Scopus* com a utilização do filtro de palavras-chave relacionadas à temática central desta revisão – assédio no contexto universitário – que estivessem presentes no título dos artigos, quais sejam: <*harassment*> E <*university*> ou <assédio> E <universidade>. A universalidade da língua inglesa e a busca por também mapear a produção brasileira (recorte local do país em que a autoria faz parte) nortearam a escolha dos idiomas utilizados no filtro (quais sejam: português e inglês), contudo também foram encontrados artigos em espanhol, e todos os textos que advieram da busca foram analisados.

Além disso, também foi utilizado filtro para delimitar recorte temporal das publicações: janeiro 2015 - janeiro 2024. O período foi definido considerando a emergência recente dessa discussão na literatura internacional. E a escolha das plataformas decorreu do reconhecimento e utilização dessas bases nas múltiplas áreas das ciências sociais aplicadas, além da ampla gama de revistas com estudos de alto fator de

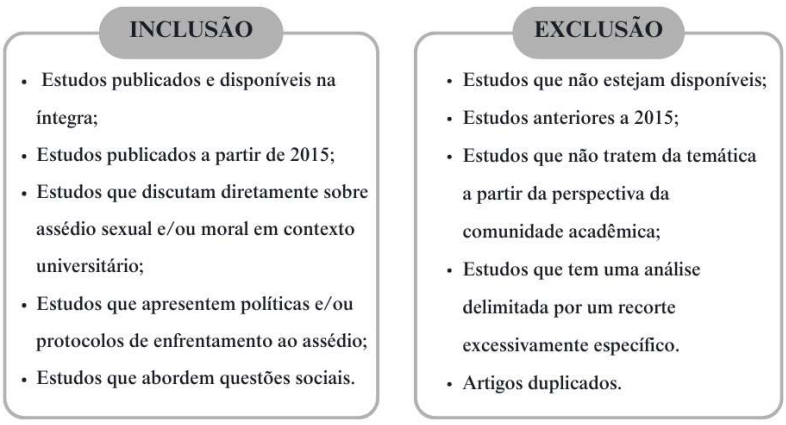


impacto. A seleção preliminar está representada graficamente pela Figura 02. **Figura 02:** Seleção preliminar da revisão integrativa

Fonte: Elaborado pelos autores.

O processo de triagem totalizou 243 trabalhos, sendo 100 da plataforma *Web of Science* e *143 da Scopus*. A triagem dos textos se deu a partir da leitura dos títulos e resumos e se baseou nos critérios de inclusão e exclusão descritos pela Figura 03.

Figura 03: Critérios de inclusão e exclusão



Fonte: elaborado pelos autores.

Foram excluídos no processo de triagem 60 artigos repetidos e 142 que não correspondiam aos critérios de inclusão utilizados ou que se enquadraram nos critérios de exclusão. Logo após, 41 artigos foram selecionados para leitura.

Diante da leitura integral dos artigos e de posterior avaliação detalhada, três trabalhos foram excluídos por não se enquadrarem na temática da revisão. Por fim, 38 estudos foram selecionados para compor o corpus da revisão de literatura construída, conforme representado pela Figura 04.

Figura 04: Etapas do processo de seleção do corpus

Fonte: elaborado pelos autores.

Após a leitura dos artigos selecionados, o corpus foi codificado a partir de categorias previamente estabelecidas, quais sejam as dimensões: cultural, político-legal, social e organizacional. Tais categorias foram definidas a priori a partir das discussões (dimensões) identificadas na literatura sobre assédio.

A seção a seguir apresentará os textos que compuseram o corpus e debaterá o assédio no contexto universitário a partir da integração das temáticas e discussões presentes nos artigos.

4. Apresentação do corpus e discussões

O Quadro 01 descreve os artigos que compõem o corpus da revisão, selecionados a partir do protocolo descrito na seção anterior.

Quadro 01: Artigos selecionados

Ano	Título	Autores	Periódico
2016	Assédio no ritual da praxe académica numa universidade pública Portuguesa	Catarina Sales Oliveira, Susana Villas Boas e Soledad Las Heras	Sociologia, Problemas e Práticas
2018	Sexual harassment in Ecuadorian universities: content validation for instrument development	Paz Guarderas Albuja et al.	Alteridad
2019	Acoso sexual en la Universidad: de protocolos y protocolos	Flor de María Gamboa Solís	Nómadas
2019	The University Classroom, Harassment, and Challenging Provocation	Jessica Harless	Educational Theory
2019	Policy Learning and Transformational Change: University Policies on Sexual Harassment	J. Celeste Lay	Journal of Women, Politics & Policy
2019	Sexual Harassment in Higher Education – Experiences and Perceptions among Students at a Danish University	Bontu Guschke et al.	Kvinder, Køn & Forskning
2019	“Cuentos que no son cuentos”: acoso sexual, violencia naturalizada en las aulas universitarias	Lya Yaneth Fuentes Vásquez	Nómadas
2020	Student anti-bullying and harassment policies at UK universities	Emma D. Harrison, Claire L. Fox e Julie A. Hulme	Journal of Higher Education Policy and Management
2020	Reckoning up: sexual harassment and violence in the neoliberal university	Alison Phipps	Gender and Education
2020	Moral Harassment Anda Gender In University: Resonances Of Productivism In Teaching Work	Vanessa Catherina Neumann Figueiredo, Quezia Eloise França da Silva e Franciele Ariene Lopes Santana	Política e Gestão Educacional
2020	How are universities using Information and Communication Technologies to face sexual harassment and how can they improve?	Ignacio Rodríguez e Purificación Heras Gonzáles	Technology in Society
2020	Fighting Sexual Harassment on Campus: How Local Contexts of Different Universities Affect the Dynamics and Outcome of these Efforts	Amal Hamada et al.	IDS Bulletin
2020	A study of the protocols for action on sexual harassment in public universities-proposals for improvement	Ignacio Rodríguez e Purificación Heras Gonzáles	Social Sciences
2021	Sexual Harassment of College and University Students: A Systematic Review	L. B. Klein e Sandra L. Martin	Trauma, Violence, & Abuse
202	Attitudes of the Turkish University	Diğdem Müge Siyez et	SAGE Open

1	Students and Staff Toward Sexual Harassment and Assault: Preliminary Psychometric Evaluation	al.	
2021	Projeto “Sobre Todas Elas”: A Extensão Universitária e o Combate ao Assédio Sexual Contra a Mulher	Danielle Silva Amorim et al.	Humanidades & Inovação
2021	Being a woman and studying laws: anthropological approaches to harassment and their resistance at a public university in Mexico City, Mexico	Daniel Hernández Rosete e Juan Carlos Gómez Palacios	Cadernos de Saúde Pública
2021	El acoso sexual en la universidad: La visión del alumnado	Patricia Alonso Ruido et al.	Revista Latinoamericana de Psicología
2022	Named or nameless: University ethics, confidentiality and sexual harassment	Tina Besley, Liz Jackson e Michael A. Peters	Educational Philosophy and Theor
2022	Validation of Lund University Sexual Harassment Inventory (LUSHI)-A Proposed Instrument for Assessing Sexual Harassment among University Employees and Students	Per-Olof Östergren et al.	International journal of environmental research and public health
2022	Sexual and sexist harassment in Spanish universities: policy implementation and resistances against gender equality measures	Emanuela Lombardo e Maria Bustelo.	Journal of Gender Studies
2022	Institutional betrayal and sexual harassment in STEM institutions: evidence from science and technology universities of Ethiopia	Leul Tadesse Sidelil, Denise Cuthbert e Ceridwen Spark.	Gender and Education
2022	Harnessing student involvement: Perspectives from building infrastructure for sexual harassment prevention and response at the University of Lagos, Nigeria	Abiola Akiyode Afolabi et al	Journal of Global Health
2022	Institutional mechanisms for combatting sexual harassment in higher education institutions: The case of the University of Belgrade	Milica Mirazic e Daša Duhace	Overcoming the Challenge of Structural Change in Research Organisations–A Reflexive Approach to Gender Equality.
2022	Harassment in Brazilian universities: How big is this problem? The Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) as a case study	Carolina Brito et al.	Anais da Academia Brasileira de Ciência
2023	Association between Experiences of Different Types of Harassment or Derogatory Treatment and Sexual Harassment among Employees at a Large Swedish University	Frida Pilgaard et al.	International journal of environmental research and public health
2023	University students' experiences of sexual harassment: the role of gender and psychological resilience	Christina Athanasiades et al.	Frontiers in psychology

2023	Only We Can Protect Us: Labor and Anti-Harassment Organizing within the Neoliberal University	Erin O'Callaghan e Veronica Shepp	Social Sciences
2023	Investigating the Culture Around Sexual Harassment in First-Generation Universities in Southwestern Nigeria: Protocol for a Mixed Methods Study	Boladale Mapayi et al.	JMIR Research Protocols
2023	"Nadie dice nada". Percepción de estudiantes sobre el acoso sexual universitario en Ecuador	Ana D. Verdú Delgado et al.	Íconos. Revista de Ciencias Sociales
2023	Shame culture and the prevention of sexual harassment in university: A case study in Indonesia	Nurman Achmad et al.	Research Journal in Advanced Humanities
2023	Beliefs about gender and meritocracy and the evaluation of sexual harassment in a university research setting	Julie A. Kmec, Lindsey T. O'Connor e Shekinah Hoffman	Diversity and Discrimination in Research Organizations
2024	Association Between Sexual Harassment Intervention Strategies and the Sexual Harassment Perception and Attitude of University Students in Beijing, China	Hong He et al	Journal of interpersonal violence
2024	Estudiantes ante el hostigamiento y acoso sexual: percepciones desde el entorno universitario	Patricia Avitia Carlos, olanda-Viridiana Chávez Flores e Norma Candolfi Arballo	Revista iberoamericana de educación superior
2024	Conflictos de acoso sexual en las universidades chilenas y su tratamiento restaurativo	Isabel González Ramírez	Revista de Derecho
2024	Medios de prevención para disminuir el hostigamiento sexual en instituciones universitarias	Olga Amelia Cribilleros Shigihara, Olga Patricia Gamarra Chirinos e Anibal Teobaldo Vergara Vásquez	Clío. Revista de Historia, Ciencias Humanas y Pensamiento Crítico
2024	“They Don’t See Us”: Asian Students’ Perceptions of Sexual Violence and Sexual Harassment on Three California Public University Campuses	Jianchao Lai et al.	Journal of interpersonal violence
2024	Acoso sexual en contextos universitarios: revisión de investigaciones entre el 2006 y el 2020	Luisa Fernanda Duque Monsalve et al.	Revista de la Educación Superior

Fonte: Elaborado pelos autores com base no corpus.

4.1. Conceituação e tipificação do assédio

A partir da análise dos trabalhos selecionados, que datam de 2016 a 2024, é possível perceber que a discussão sobre o assédio vem ganhando fôlego nos últimos anos

– em especial no contexto universitário – e se apresenta latente em diferentes contextos sociais. Em sua grande maioria, autoras e autores centralizam suas conceituações no entendimento do fenômeno enquanto algo recorrente ao longo da história, a terminologia e o debate, no entanto, são introduzidos tardiamente a partir da década de 1980, quando se começa a desenvolver uma linguagem legal para que fosse abordado (Guschke et al., 2019).

O assédio moral, essencialmente, seria fruto de um momento histórico e de um contexto social e econômico que determinam a forma de organização do trabalho e das relações humanas decorrentes desse mesmo momento (Figueiredo, Da Silva e Santana, 2020). Em um parâmetro geral, é consenso que o assédio se trata de um fenômeno global relacionado ao poder, desigualdade, capital, saúde, crime (Avitia-Carlos et al., 2024; Pilgaard et al., 2022; Lombardo e Bustelo, 2022); que se estende às gerações, podendo acontecer tanto em espaço físico quanto no ciberespaço e, também, de forma direta ou indireta (Athanasiades, 2023).

Entre as discussões postas, o assédio se diferenciou entre dois principais modos de operação: sexual e moral. Entretanto, o recorte do trabalho esteve pautado no debate dinâmico da literatura a partir da experiência da comunidade acadêmica e massivamente os estudos estiveram focados nas manifestações do assédio sexual.

Em linhas gerais, foram encontrados poucos estudos que qualificam o assédio moral, sendo eles: “Harassment in Brazilian universities: how big is this problem? The Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) as a case study (2022)” e “Assédio no ritual da praxe académica numa universidade pública portuguesa (2016)”. Contudo, dentre os artigos referidos, não houve discordância sobre a definição geral: o assédio moral se baseia em humilhação e abuso de poder, sendo uma exposição repetida e prolongada das pessoas a situações humilhantes e constrangedoras.

Os outros trabalhos que focalizaram os seus esforços no entendimento do assédio sexual, utilizam de uma argumentação semelhante: há uma ausência de uma definição única, que seja universalmente aceita, e um instrumento de aplicação para se medir a sua prevalência. A dicotomia, portanto, se insere na decisão de basear a conceituação na definição legal ou na experiência emocional, que pode ser variável entre países e ao decorrer do tempo histórico (Östergren et al., 2022). Ademais, fatores como gênero,

idade, etnia, orientação sexual, e experiências pessoais também poderiam influenciar a percepção de assédio sexual (He et al., 2024; O'Callaghan e Shepp, 2023).

Todavia, mesmo que não seja um conceito universalizado, o consenso coletivo entende que se trataria de avanços sexuais indesejados, pedidos de favores sexuais e outras condutas ofensivas de natureza sexual que afetam o emprego ou desempenho profissional de uma pessoa, ou até mesmo criam um ambiente de trabalho intimidante e hostil (Klein e Martin, 2021; O'Callaghan e Shepp, 2023).

O assédio sexual inclui comportamentos físicos ou verbais degradantes, podendo ser intencionais ou não. Portanto, se tratariam de gestos, comentários sexuais abusivos, ofensivos e/ou ameaçadores (González-Ramírez, 2024). Dentro desse espectro, ele se reflete enquanto comportamento indesejado, que parte da falta de interesse subjetiva, ou não consentida, referente à falta de autorização ou acordo (Monsalve et al., 2024). Além disso, existem duas classificações de assédio sexual: o *quid pro quo,* envolvendo favores sexuais em troca de benefícios educacionais ou melhores qualificações dentro do ambiente de trabalho ou estudo; e o "assédio em ambiente hostil", tratando-se de comportamentos sexuais graves que dificultariam o desempenho e participação em atividades cotidianas (Klein e Martin, 2021; Sidelil, Cuthbert e Spark, 2022).

A complexidade do debate abordado também circunscreve a diferenciação entre assédio sexual e violência sexual. A violência sexual, sobretudo, contempla o estupro, abuso sexual infantil, toque sexual indesejado e violência doméstica, por exemplo (Siyez et al., 2021). As referências analisadas estão fundamentadas em estudos sobre o assédio sexual em ambiente acadêmico, portanto, tudo o que concerne aos comentários sexuais grosseiros, atenção sexual indesejada e outros aspectos anteriormente citados (González-Ramírez, 2024; Monsalve et al., 2024. Siyez et al., 2021).

No que tange ainda a conceituação e tipificação do assédio, outro tipo de argumentação latente dentre os referidos artigos é sobre a frequência do fenômeno contra os grupos vulneráveis, com foco na categoria de gênero. Com isso, são determinadas três ordens centrais que influenciam a ocorrência do assédio, geralmente relacionadas ao gênero: poder, institucionalização de respostas e normalização da violência (Lombardo e Bustelo, 2022; (Sidelil, Cuthbert e Spark, 2022).

As Mulheres, através da desigualdade de gênero em nível macro (Avitia-Carlos et al., 2024; Guarderas-Albuja, 2018), e minorias sociais, especialmente as pessoas negras

que são afetadas com o racismo estrutural agravado pelas experiências de assédio, são o principal alvo dentro dos ambientes acadêmicos (Brito et al., 2022). O uso do abuso de poder desigual, dado por uma determinada estrutura formal e de gênero da sociedade inclui tanto o assédio sexual do tipo *quid pro quo* e "ambiente hostil" (Sidelil, Cuthbert e Spark, 2022).

4.2. Dimensão cultural

A violência baseada no gênero é o centro das discussões de quase toda a totalidade do referencial teórico. Os autores compreendem coletivamente que o assédio sexual, principalmente, é um problema relacionado a manifestação das estruturas de poder de sociedades construídas em moldes patriarcais, cujo é responsável por sobrepor a vítima em uma posição de inferioridade e desigualdade (Guarderas-Albuja, 2018). Além disso, o assédio também é compreendido como manifestação do sexismo, sendo este uma ocorrência da diferenciação sexual inscrita no binarismo dos corpos humanos (Fuentes-Vásquez, 2019).

O assédio seria uma parte continuada de comportamentos e atitudes tipicamente violentas contra mulheres enraizado a partir de uma esfera cultural externa às Instituições de Ensino Superior (IES) (Pilgaard et al., 2022; Besley, Jackson e Peters, 2022). Diante disso, indica-se que para obter uma compreensão aprofundada sobre o assédio nos centros universitários é necessário entender e analisá-lo a partir da perspectiva de gênero, a qual parte de razões estruturalizantes e históricas que expõe a desigualdade de gênero manifestadas através de diferentes instituições, como nas universidades (Shigihara, Chirinos, Vásquez, 2024; Phipps, 2020; Fuentes-Vásquez, 2019; Monsalve et al., 2024).

O cenário das instituições transmite a moral de uma sociedade que limita corpos femininos em benefício do protagonismo dos homens (Östergren et al., 2022; Gamboa-Solís, 2019; Phipps, 2020). Grande parte dos artigos, baseados em pesquisas *quali* feitos com discentes de universidades de diferentes regiões do globo, entram em um consenso comum de que os estudantes, no geral, tenderam a entender o sexo masculino enquanto perpretador (He et al., 2024). As respostas desses questionários também se direcionaram no sentido de compreender as mulheres enquanto sujeitos que são mais frequentemente submetidas a situações de assédio, e as mais afetadas negativamente por isso (Pilgaard et

al., 2022). Notadamente, as experiências e as formas como as mulheres e os homens percebem o assédio e as agressões sexuais são diferentes (Siyez et al., 2021).

Os resultados são semelhantes, independente do país em que esteja orientado, respondendo à questão evidente de que a linguagem e atitudes, sejam individuais ou institucionais, contêm códigos patriarcais ancorados na normalização da posição feminina enquanto corpos acessíveis (Siyez et al., 2021). Com isso, compreender o sentido das estruturas sociais enquanto reforçador da desigualdade de gênero é o ponto chave de entendimento dos fenômenos de assédio que assolam a sociedade, e especificamente a comunidade acadêmica (Verdú-Delgado e Guarderas-Albuja, 2024; Hernández-Rosete e Gómez-Palacios, 2021).

O sentido cultural em que os tipos de assédio estão inseridos é um fator que se correlaciona com a manifestação da violência. Uma instituição que se identifica com uma mentalidade conservadora e autoritária permite a disseminação de comportamentos correspondentes a heteronormatividade, o sexismo e a hostilidade sexual (Hernández-Rosete e Gómez-Palacios, 2021; Gamboa-Solís, 2019; Phipps, 2020).

A extorsão sexual, citada em alguns artigos e pesquisas realizadas, é comum no ambiente acadêmico, especialmente nas relações entre estudante e professor. Para tanto, a causa é clara e descrita nos estudos analisados: o desequilíbrio de poder, referente a uma sociedade que se estrutura em bases de desigualdade, implica em relações causais de abuso de autoridade (Mirazic e Duhacek, 2022).

Há a existência da teoria de que o assédio sexual – como outros tipos de assédios – é motivado pela necessidade de defender ou reforçar a posição de poder de outrem (Avitia-Carlos et al., 2024; He et al., 2024; Pilgaard et al., 2022). Isso significa que sujeitos em posição de inferioridade dentro de estruturas hierárquicas sociais, feitas para beneficiar grupos específicos, são postos em situação de silenciamento.

As pesquisas referenciadas apontam que muitas mulheres que já sofreram qualquer tipo de assédio sexual se sentem inseguras para discutir sobre o assunto, o que implica que, por consequência de todos os fatores citados, é um tabu (Hamada, 2020). Logo, esse fenômeno de cultura da vergonha impede que as vítimas de assédio sexual busquem apoio ou denunciem seus abusadores dentro das universidades (Achmad et al., 2023; Gamboa-Solís, 2019). Reforçando a dinâmica do assédio, normalizando a violência

e regredindo quanto à criação de espaços seguros e políticas de acolhimento dentro das Instituições de Ensino Superior.

Com isso, a luta contra esse fenômeno é uma responsabilidade coletiva das IES, tratando-se principalmente da garantia de igualdade de gênero, raça e de orientação sexual (He et al., 2024). Torna-se dever a tomada de medidas proativas, de prevenção e combate, para a proteção da comunidade acadêmica, o compromisso com a justiça, a igualdade e a vigência dos termos legais (Avitia-Carlos et al., 2024).

4.3. Dimensão político-legal

Abarcando os diretórios e conferências internacionais, o assédio sexual, propriamente, foi reconhecido e tratado pela Repartição Internacional do Trabalho, pela Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, pela União Europeia e pelo Comité das Nações Unidas para a eliminação da discriminação contra as mulheres (Besley, Jackson e Peters, 2022). Com isso, é notório que o fenômeno do assédio é discutido, mundialmente, por diferentes esferas políticas.

A importância desse debate com grandes representantes é inevitável para a implementação de leis dentro das limitações nacionais, que buscam orientar e ordenar distintas instituições sobre procedimentos éticos e morais contra o assédio sexual e moral. É de praxe que as universidades tenham responsabilidades morais e legais de serem instituições seguras para todos os seus membros (Fitzgerald e Cortina 2018; Sidelil, Cuthbert e Spark, 2022).

A importância da criação de protocolos que estejam envolvidos na base legal de seus países de origem é apontada pela grande parte de autores. A exemplo disso, um estudo de caso no Chile aborda os meios de prevenção adotados a partir do texto legal do Artigo 3° da Lei Nº 21.369 do país referido (González-Ramírez, 2024). Com base na norma citada, a instituição segue parâmetros para a criação de sua própria política interna.

De acordo com o regulamento da instituição analisada, é de interesse a busca por ações de prevenção, informação, sensibilização, sanção, capacitação e formação relacionadas com a violência e a discriminação de gênero, mecanismos de monitoramento e avaliação de seu impacto. Além disso, a formação de unidades responsáveis pela implementação de suas políticas, planos, protocolos e regulamentos com uma ou mais

unidades responsáveis por levar a cabo os processos de investigação e sanção da violência contra abuso sexual, discriminação de gênero e de proteção e reparação das vítimas, integrada por um pessoal capacitado. Ademais, visam implementar mecanismos que contemplem o apoio psicológico, médico, social e jurídico às vítimas e aos membros da comunidade educativa afetados por eles. Deve-se evitar a exposição reiterada e injustificada do denunciante em instâncias de declaração de atos, utilizando para essas entrevistas gravadas em vídeo (González-Ramírez, 2024).

Em parâmetro regional, a *University of Alberta*, em Edmonton, Canadá, é palco de criação de um grupo de mulheres ativistas em 2018 que buscam a garantia da formulação de protocolos e regulamentos contra casos de assédio dentro da instituição: *Alliance of Women in Academia* (AWA, 2018). Essas autoras acreditavam que as políticas deveriam funcionar como um elemento dissuasor e também como guia de comportamentos aceitáveis, isto é, implica uma abertura em torno da violência e do assédio que pode encorajar os alunos a falar sobre os seus problemas e a procurar ajuda, e pode dissuadir os perpetradores porque as consequências são claras (He et al., 2024; Harrison, Fox e Hulme, 2020). A base argumentativa seria que os locais de trabalho e as escolas têm políticas; da mesma forma, as universidades (que são locais de trabalho e instituições educativas) deveriam ter uma política para proteger a sua própria comunidade (Achmad et al., 2023).

Os estudos observados indicam que a promoção de protocolos de combate ao assédio precisa respeitar três questões-chave para a sua implementação no contexto universitário: analisar todo o processo de políticas, trabalhar na ação combinada de múltiplos fatores e entender a natureza da política a ser implementada, porque não é apenas uma questão técnica, mas também política (Lombardo e Bustelo, 2022).

Os esforços para diminuir o assédio sexual nas universidades dependem crucialmente da forma como concebem o assédio e respondem a ele (Besley et al., 2022). A base fundamentada para a aplicação das políticas diz respeito, portanto, às questões de combate às hierarquias de poder, baseadas em gênero, idade, classe e outras desigualdades, em reflexo sobre a forma como determinada instituição responde a isso (Shigihara, Chirinos, Vásquez, 2024; Sidelil, Cuthbert e Spark, 2022; González-Ramírez, 2024; Lombardo e Bustelo, 2022).

O objetivo central para a criação de medidas protetivas, preventivas e combativas é construir um ambiente acadêmico seguro e saudável para a comunidade acadêmica, melhorando ambiente universitário em relação ao gênero, sexualidade e raça; bem como a criação eficaz canais de denúncia e responsabilização por assediadores (Brito et al., 2022).

Nesse sentido, o assédio ocorre em ambientes universitários não apenas por moldes de regras formais, que são conscientemente projetadas e escritas, mas também regras informais, normas e práticas não escritas que raramente são reconhecidas por atores institucionais, apesar de terem efeitos coletivos. A normalização de práticas violentas, por exemplo, é uma norma informal que apoia a perpetuação do assédio sexual nessas organizações (Lombardo e Bustelo, 2022).

Devem ser implementadas ações de prevenção, sensibilização, capacitação e sanção sobre violência, com mecanismos de monitoramento e avaliação. Unidades separadas devem aplicar políticas, investigar e sancionar abusos, com pessoal capacitado. É necessário fornecer apoio psicológico, médico, social e jurídico às vítimas e evitar sua exposição repetida, utilizando entrevistas gravadas em vídeo (González-Ramírez, 2024).

No entanto, alguns autores afirmam que, em suas pesquisas, houveram empecilhos com relação a formulação e aplicação de protocolos dentro das universidades investigadas. Em sua maioria, quando havia um interesse por parte da instituição em formular normas contra casos de assédio, não haviam profissionais capacitados, ampla participação de atores que não eram especialistas no assunto, além da falta de clareza nas medidas de proteção às vítimas e a ausência de comunicação com as partes afetadas (Lombardo e Bustelo, 2022). A afirmativa que pode ser feita é de que existe uma tendência sobre as instituições serem semelhantes na forma como abordam as questões de assédio, mesmo que na rede pública ou privada (Phipps, 2020).

Os trabalhos fomentam a ideia de que os protocolos universitários sobre assédio são velados ou difíceis de se encontrar. Devido às inúmeras irregularidades e à ausência de promoção de verdadeiras políticas combativas, muitos assediadores saem impunes de seus crimes. Geralmente tudo acontece em segredo, as IES se recusam a reconhecer publicamente quando um corpo docente é responsabilizado pela violência e as consequências são poucas ou muito sutis em comparação a eterna memória traumática de uma vítima (Mirazic e Duhacek, 2022; Alonso-Ruido, 2021; Lay, 2019). A impunidade

é evidente quando, em muitos casos, os assediadores são promovidos; poucos são demitidos e muitos encontram empregos ainda melhores em outras instituições (Lay, 2019).

Em linhas gerais, a análise sobre o corpus permite deduzir que parte das equipes que regulamentam os protocolos geralmente são compostas por sujeitos que não estão preparados para lidar com o assunto ou atuam enquanto protetores da imagem da universidade, abafando os casos alarmantes. Com isso posto, é possível compreender a lógica de gestão dessas instituições, baseadas na busca pela redução de danos, estando pautadas em ideários produtivistas cujo interesse último seria a solução de problemas sociais e estruturais, por vezes referentes à violência contra grupos vulneráveis.

4.4. Dimensão social (grupos vulneráveis)

A partir dos resultados do corpus analisados, tem-se a afirmativa comum de que o assédio sexual é comumente percebido enquanto violência de gênero. A linha teórica de vitimização sexual de estudantes mulheres é estudada desde a década de 80 e uma forte determinação do patriarcado enquanto fator influente e, mais recentemente, tentativas de contextualizar a violência nas IES dentro de teorias da masculinidade. Neste sentido, os estudos feministas assumem um papel importante para a conceituação do fenômeno enquanto movimento atuante na luta pela justiça social feminina (Alonso-Ruido, 2021).

O assédio sexual é uma uma “epidemia” no sistema de ensino superior global, com 49% das mulheres e 15% dos homens sofrendo assédio sexual (He et al., 2024), desproporcionalmente ocasionado pela questão de gênero (Phipps, 2020; Lombardo e Bustelo, 2022). O indicativo que alimenta esse demonstrativo são as pesquisas qualitativas realizadas por grande parte do corpus, onde é possível perceber a perspectiva de distintas partes do mundo em relação à temática. Os resultados são comuns e alarmantes: mulheres estão sempre na posição de mais afetadas e as consequências são piores para elas em comparação aos homens (Athanasiades, 2023).

A disseminação da “lad culture”, isto é, normalização de comportamentos misóginos e sexistas de homens heterossexuais dentro das IES, influencia diretamente na ocorrência da soberania masculina, rejeitando o sucesso feminino e o empoderamento de mulheres (Verdú-Delgado e Guarderas-Albuja, 2024). Ademais, os outros marcadores

sociais da diferença (como a sexualidade, por exemplo), que indicam a vulnerabilidade de grupos dentro da pirâmide social, reforçam a subalternidade enraizada (Verdú-Delgado e Guarderas-Albuja, 2024).

Relativo às mobilizações sociais contra o assédio, os estudos se direcionam ao entendimento dos protestos virtuais através da *hashtag* #MeToo, o qual serviu como um aparato mundial para denúncias em massa contra o assédio sexual. Este foi um movimento que contou com a participação de distintas pessoas, mas no que diz respeito às ações dentro das Instituições de Ensino Superior, essa mobilização, em paralelo com sua semelhante #TimesUp, alavancou as ações dos movimentos estudantis feministas em diversas partes do mundo, incluindo a América Latina (Monsalve et al., 2024).

A resolução e prevenção do assédio, portanto, permeia a diminuição da desigualdade de gênero e exige o engajamento de diversos setores de assistência, segurança e justiça social.

4.5. Dimensão organizacional

A "traição institucional" é um termo que justifica a incapacidade das IES em prevenir incidentes, da falta de resposta, de apoio às vítimas e ao encobrimento de atos ilícitos de seus administradores (Lai, 2024; Figueiredo, Da Silva e Santana, 2020; Phipps, 2020). Por consequência, esses corpos administrativos são responsáveis pela criação de ambientes hostis e geradores de insegurança, tem-se que a falta de confiança dos estudantes no apoio institucional com relação aos casos de assédio é simultânea a inviabilização e falta de envolvimento proativo das Instituições na luta contra essa forma de violência (Alonso-Ruido, 2021).

Um dos estudos sugere que o assédio não é uma raridade, mas de fato uma norma dentro das Instituições de Ensino Superior (Besley, Jackson e Peters, 2022). Os autores argumentam que as IES que têm políticas que não enfatizam a prevenção, que não reconhecem o assédio como um fenômeno incorporado e normalizado num contexto social e cultural, e, também, que reproduz injustiças e desigualdades através de mecanismos que permitem e naturalizam práticas inconvenientes são consideradas eloquentes da "traição institucional" e responsáveis pelo silenciamento das vítimas (Besley, Jackson e Peters, 2022).

A função das Instituições de Ensino Superior não é apenas transmitir conhecimento e competências técnicas em diferentes áreas do saber, mas também democratizar espaços de convivência ética e bioética, os quais devem proporcionar um ambiente seguro e amigável, livre de todo tipo de violência (Shigihara, Chirinos e Vásquez, 2024).

Esta função moral das instituições também é relativa à compreensão do assédio enquanto um processo complexificado com uma cadeia de subjetividades (Harless, 2019). Sendo a prevalência do assédio sexual nas IES efeito da incapacidade das instituições de prevenir proativamente o problema (Sidelil, Cuthbert e Spark, 2022), a cadeia de cumplicidade dentro do sistema organizacional, em benefício de proteger reputações, indica o uso de políticas de confidencialidade e privacidade como aparatos para reter informações que sejam de interesse público sobre casos recorrentes (Besley, Jackson e Peters, 2022).

No que tange o sistema administrativo, entra-se na dicotomia entre compreender o assédio enquanto casos isolados dentro das instituições versus ser um problema organizacional. Envolvida na subjetividade, a perversa agressão organizacional mantém a direta ligação com o modo de funcionamento da organização do trabalho e o sistema neoliberal (Figueiredo, Da Silva e Santana, 2020). Essa lógica neoliberal da educação, marcada por uma produção massiva, a qual tem acarretado sobrecarga e intensificação do trabalho, rivalidade e alienação em virtude de se manter a aparência "comerciável" das IES, opta pelo tratamento individualista das denúncias (Figueiredo, Da Silva e Santana, 2020; Phipps, 2020).

O individualismo, nesse caso, se trataria da conduta de isolamento que favorece o silêncio e a sensação de impotência nas adversidades do trabalho. Além disso, fomenta significativamente o cinismo e a negação, os quais justificam o tratamento hostilizado e o não reconhecimento de situações de violência. A inércia pela resolução seria oriunda ao entendimento de que o espaço é inalterável, determinando atitudes passivas diante ao assédio, gerando ansiedade, aflição, banalizando injustiças, desigualdades e condutas agressivas (Figueiredo, Da Silva e Santana, 2020).

A falta de relações solidárias e cooperativas insere os indivíduos em relações desgastantes de subserviência e agressões (Figueiredo, Da Silva e Santana, 2020). Apesar do aumento no número de estudos sobre a temática nas universidades, esse assunto ainda

é tratado como um problema individual em vez de uma questão organizacional (Avitia-Carlos et al., 2024), e a falta da construção de políticas eficazes e eficientes de combate ao assédio é percebida ainda em muitas IES pelo mundo.

Diz-se que muitas estudantes vítimas do assédio evitam fazer denúncias às instituições pelo temor da impunidade e serem percebidas como responsáveis pela agressão, gerando um tipo de "morte social" e repercussão negativa à sua própria imagem (Hernández-Rosete e Gómez-Palacios, 2021; Phipps, 2020). Além disso, se preocupam comumente em levar seus agressores a atos de vingança, especialmente se esses indivíduos estiverem em posições de poder nas organizações (Hernández-Rosete e Gómez-Palacios, 2021).

Desse modo, as normativas são capazes de criar uma abertura que pode encorajar a comunidade acadêmica a falar sobre casos de assédio, dissuadindo os agressores através de consequências claras (Harrison, Fox e Hulme, 2020). No entanto, as políticas de assédio sexual geralmente têm como coligação dominante advogados e administradores universitários cujo seu objetivo primal é proteger a instituição contra processos judiciais; referente ao sistema neoliberal, não são políticas criadas para proteger seus estudantes, professores, servidores e terceirizados (Lay, 2019).

Para que o problema seja enfrentado, as IES precisam tomar medidas que desenvolvam mecanismos de garantia da igualdade e da justiça social no meio acadêmico. O assédio moral e sexual, portanto, precisa ser percebido enquanto questão legal e ética, criando-se estratégias de prevenção e apoio às vítimas, além de garantia da transparência do processo: quantos são, como estão sendo analisados e como os agressores vão ser punidos (Brito et al., 2022).

Nesse sentido, as intervenções sobre assédio incluem abordagens que são primárias, secundárias e terciárias: as primárias buscam prevenir o problema, como políticas e educação sobre assédio; as secundárias, uma resposta organizacional ao assédio no momento em que ele ocorre; e as terciárias, sobre as consequências para as vítimas após o ocorrido (He et al., 2024).

Ademais, as Instituições de Ensino Superior encontram-se frente à obrigação da promoção de protocolos de ação. Comumente, a resposta das universidades diz respeito à indução de procedimentos que diminuem a sua responsabilidade e evitam os escândalos,

distanciando-se de uma resolutiva emblemática e que assegure as vítimas (Besley, Jackson e Peters, 2022; Sidelil, Cuthbert e Spark, 2022).

No geral, a maioria dos protocolos eficientes e eficazes contra o assédio são impulsionados através de movimentos feministas que promovem ações que partem de coletivos externos à administração (Gamboa-Solís, 2019). Responsabiliza-se, portanto, a instituição que pouco se projeta a resolver seus problemas internos de assédio e violência sexual, que por vezes responde por meio da negação e/ou banalização do fenômeno, bem como com a alienação patriarcal e misógina (Sidelil, Cuthbert e Spark, 2022).

De acordo com Rodriguez e González (2020), a criação de um protocolo deve criar um percurso que considere todas as variações possíveis, permitindo uma avaliação e monitoramento eficaz das fases e procedimentos. As fases não devem ser lineares, mas sim descrever sequências múltiplas que a vítima pode seguir ao relatar o incidente e buscar ajuda, reconhecendo a diversidade nos processos de gestão de situações de assédio, incluindo diferenças institucionais, como composição do corpo estudantil e tipos de cursos.

Rodriguez e González (2020) afirmam ainda que os protocolos devem ter um caráter assistencial, podendo incluir aspectos punitivos e ações preventivas contra agressões, evitando que sejam "procedimentos rápidos", garantindo um ambiente de apoio. As perguntas feitas às vítimas devem ser cuidadosas para não as induzir a sentir-se culpadas, considerando também outras formas de assédio, como por orientação sexual, identidade, etnia, origem, diversidade funcional e religião. Além disso, é crucial garantir coordenação e comunicação eficiente entre os profissionais envolvidos, evitando duplicação de recursos, e prover formação adequada para uma abordagem sensível e eficaz (Besley, Jackson e Peters, 2022; Rodriguez-Rodriguez e Heras-González, 2020).

As discussões presentes no corpus apontam ser imprescindível conceder assistência integral à vítima, de forma transversal e abrangente. Além disso, é importante comparar as fases do processo de gestão entre diferentes universidades, promovendo a cooperação interinstitucional e ampliando perspectivas para alcançar consensos que beneficiem todas as partes envolvidas (Rodriguez e González, 2020).

A assistência integral deve incluir apoio contínuo durante e após a aplicação do protocolo, assistência psicológica e médica quando necessário, proteção e segurança no campus, assistência jurídica, orientação no uso e proteção de tecnologias de informação

e comunicação, e qualquer outro tipo de suporte que a vítima possa necessitar para garantir seu bem-estar e recuperação (Achmad et al., 2023).

Para garantir a implementação eficaz desses procedimentos, é essencial que uma quantia mínima de dinheiro seja alocada no orçamento anual de cada universidade, assegurando o desenvolvimento de políticas de longo prazo. Mecanismos de avaliação obrigatória devem ser estabelecidos, com prazos que não excedam um ano, incluindo controles internos e auditorias externas realizadas por pessoas independentes, preferencialmente de fora da universidade, para garantir a imparcialidade. O feedback das vítimas e demais usuários do protocolo devem ser incorporados ao processo de avaliação, identificando pontos fortes e fracos. A criação de grupos de tarefas com todas as partes envolvidas, incluindo representantes de trabalhadores e estudantes, pode enriquecer o debate e aprimorar o tratamento do problema, considerando as perspectivas de grupos vulneráveis (Rodriguez-Rodriguez e Heras-González, 2020).

A criação de espaços de acolhimento, grupos de conscientização, maior vigilância, estudos e cursos oficiais, projetos e a utilização de recursos de comunicação para disseminação de informações são medidas essenciais para promover um ambiente seguro e inclusivo nas universidades (González-Ramírez, 2024; Rodriguez-Rodriguez e Heras-González, 2020).

Portanto, levando em conta as possibilidades apresentadas, uma plataforma integrada de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pode oferecer diversas vantagens (Rodriguez-Rodriguez e Heras-González, 2020). Podendo se tratar de um instrumento criado com o auxílio de funcionários e/ou alunos TI (Monsalve et al., 2024), os TICs são as redes de ligação com a comunidade acadêmica que estão manifestadas através dos canais de comunicação e uso de aplicativos, por exemplo, e que podem facilitar no processo de denúncia e disseminação de informação sobre casos de assédio sexual e moral, além de intensificar a divulgação de políticas e protocolos enfrentamento ao problema (Rodriguez-Rodriguez e Heras-González, 2020).

Promover coletivos externos também aproxima a comunidade acadêmica da discussão politizada sobre a temática. A exemplo disso, em algumas universidades decidiu-se criar um “Women's Center”, que realiza atividades destinadas a evitar e resistir ao assédio no ambiente acadêmico. Funciona como um grupo de apoio que ativamente propõe oficinas ou confraternizações, cursos de defesa pessoal, entre outros. O coletivo

também propôs intervenções específicas dirigidas aos homens, visando ampliar o conceito que ter assédio sexual, combater a violência contra a mulher e gerar reflexões (Monsalve et al.,2024).

Para tanto, o projeto de extensão "Sobre todas Elas", ocorrido na Universidade Estadual do Tocantins, é outro exemplo que permitiu a interação entre universidade e sociedade em benefício da prevenção e combate do assédio em múltiplos ambientes. As atividades realizadas contribuíram para a expansão e democratização do conhecimento sobre as condutas que podem ser compreendidas como assédio e para o engajamento social no combate a esse fenômeno, bem como o seu impacto na vida das vítimas (Amorim, 2021).

5. Considerações finais

Após análise do corpus, é possível perceber que o assédio no contexto universitário é um fenômeno sistêmico que se manifesta de maneira intrincada, espelhado em estruturas e aspectos próprios da organização acadêmica, assim como nas relações de poder que nela se configuram. Em outras palavras, as IES constituem microcosmos das dinâmicas sociais mais amplas, nas quais diversas formas de opressão são perpetuadas com base na supremacia exercida sobre sujeitos historicamente marginalizados, o que ocorre especialmente em função de marcadores sociais como gênero, raça, classe e outros.

A presente pesquisa se propôs a mapear as discussões sobre o assédio existentes na literatura internacional. A análise da dimensão política sobre o assédio possibilitou perceber que muitas universidades ainda falham ao permitir que lacunas normativas reforcem a impunidade e a perpetuação do problema. Na dimensão cultural, evidenciou-se a influência do patriarcado, que naturaliza a desigualdade de gênero e banaliza a prática do assédio. A dimensão social mostrou que determinados grupos, devido a processos de marginalização, tornam-se mais vulneráveis ao assédio e menos amparados pelas estruturas institucionais. E a dimensão econômica revelou que a lógica neoliberal nas IES – centrada na produtividade, reputação e competitividade – tende a reduzir o assédio a um problema individual, e não organizacional.

Na tentativa de proteger a imagem institucional, muitas IES negligenciam o acolhimento e a reparação das vítimas do assédio, seja pela ineficácia (ou ausência) dos

protocolos adotados ou mesmo pela morosidade das investigações diante das denúncias recebidas, indícios de banalização dos episódios de violência. Tais contornos reforçam a importância das políticas institucionais de enfrentamento e combate ao assédio, as quais necessitam englobar a complexidade multifacetada do problema, promover transformação cultural e penalizar os assediadores.

No tocante à produção de conhecimento sobre assédio em IES, é possível perceber que algumas lacunas permanecem pouco exploradas, como: o assédio entre pares (entre docentes, por exemplo), estudos que envolvam os trabalhadores terceirizados e pesquisas que interseccionem os distintos marcadores sociais (gênero, raça, classe, orientação sexual, idade, identidade de gênero, deficiência, etc.). Essas lacunas comprometem a compreensão do fenômeno em sua complexidade, pois mascaram as dinâmicas de opressão ao invisibilizar as vivências de maior vulnerabilidade, comumente fáceis alvos da prática de assédio.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que tanto a produção acadêmica quanto às práticas institucionais incorporem a interseccionalidade como viés de análise e de ação, a partir da diferenciação metodológica e analítica das investigações, da revisão (ou criação) de normativos institucionais, e do estímulo a ações sistematizadas de prevenção e combate ao assédio nas universidades, como: o letramento da comunidade acadêmica acerca do tema; a contínua formação do corpo técnico e docente sobre como identificar e enfrentar o fenômeno no ambiente universitário; a adoção de protocolos que lidem de forma clara e eficaz com os casos denunciados; o acolhimento humanizado das vítimas; e a proporcional punição dos perpetradores do assédio no ambiente acadêmico e institucional das IES.

Também é importante refletir que diversas IES possuem limites estruturais para lidar com a prática nociva do assédio na comunidade acadêmica, a exemplo da restrição orçamentária, da ausência de pessoal especializado e de estruturas administrativas inadequadas. Entretanto, tal realidade deficitária não pode ser mote para justificar a inexistência das políticas e ações de enfrentamento ao assédio e a contínua busca pela desconstrução de paradigmas socioculturais que reforçam e normalizam tal prática nociva (seja ela moral e/ou sexual) no cotidiano universitário.

Faz-se necessário ainda a contínua avaliação dos impactos das práticas de assédio nas instituições e, sobretudo, a ação coletiva em benefício da transformação de culturas

institucionais adoecidas. O combate e a prevenção do assédio são responsabilidades coletivas e relevantes, porque ninguém consegue plenamente viver, trabalhar e/ou aprender sob a sombra da violência ou do abuso.

Referências Bibliográficas:

ACHMAD, Nurman; SUSANTO, Hendra; RAPITA, Desinta Dwi; ZAHRO, Azizatus; YULIANETA; FATMARIZA. Shame culture and the prevention of sexual harassment in university: A case study in Indonesia. **Research Journal in Advanced Humanities**, v. 4, n. 4, p. 1–15, 2023.

AKIYODE-AFOLABI, Abiola; OGWEZZY-NDISIKAL, Abigail; CHRISTIAN, Elizabeth; OKONKWO, Adaobi; KLEIN, Kate; BROWN, Sarah; KAMAU, Kgoki; MURPHY, Robert; HOU, Lifang; OGUNSOLA, Folasade. Harnessing student involvement: Perspectives from building infrastructure for sexual harassment prevention and response at the University of Lagos, Nigeria. **Journal of Global Health**, v. 12, e12012, 2022.

GUARDERAS-ALBUJA, Paz; LARREA, Maria de Lourdes; CUVI, Juan; VEGA, Cristina; REYES, Carlos; BICHARA, Tatiana; RAMÍREZ, Graciela; PAULA, Christian; PESÁNTEZ, Laura; IÑÍGUEZ, Ana Lucía; ULLAURI, Katherine; AGUIRRE, Andrea; ALMEIDA, Milena; ARTEAGA, Érika. Sexual harassment in Ecuadorian universities: content validation for instrument development. **Alteridad**, v. 13, n. 1, p. 214–226, 2018.

ALONSO-RUIDO, Patricia; MARTÍNEZ-ROMÁN, Rosana; RODRÍGUEZ-CASTRO, Yolanda; CARREA-FERNÁNDEZ, María Victoria. El acoso sexual en la universidad: la visión del alumnado. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 53, p. 1–9, 2021.

AMORIM, Danielle Silva; SILVA, Patrícia Morais da; PEREIRA, Catilena Silva; TAVARES, Hunari Santos de Almeida; LIMA, Lilian Natalia Ferreira de. Projeto “Sobre Todas Elas”: a extensão universitária e o combate ao assédio sexual contra a mulher. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 51, p. 61–65, 2021.

ATHANASIADES, Christina; STAMOVLASIS, Dimitrios; TOULOUPIS, Thanos; CHARALAMBOUS, Hara. University students' experiences of sexual harassment: the role of gender and psychological resilience. **Frontiers in Psychology**, v. 14, e1134567, 2023.

AVITIA-CARLOS, Patricia; CHÁVEZ-FLORES, Yolanda Viridiana; CANDOLFI-ARBALLO, Norma. Estudiantes ante el hostigamiento y acoso sexual: percepciones desde el entorno universitario. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, v. 15, n. 43, p. 50–67, 2024.

BESLEY, Tina; JACKSON, Liz; PETERS, Michael A. Named or nameless: University ethics, confidentiality and sexual harassment. **Educational Philosophy and Theory**, v. 54, n. 14, p. 2422–2433, 2022.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011.

BRASIL. Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022. Dispõe sobre o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e sobre o enfrentamento ao assédio sexual no ambiente de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 set. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14457.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023. Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais crimes contra a dignidade sexual. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 abr. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14540.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.612, de 3 de julho de 2023. Inclui o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14612.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRITO, Carolina; COSTA, Gabriela; RIBEIRO, Rafael; SILVA, Marcos; KRAMER, Beatriz. Harassment in Brazilian universities: how big is this problem? The Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) as a case study. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 94, e20211587, 2022.

FIGUEIREDO, Vanessa Catherina Neumann; SILVA, Quezia Eloise França da; SANTANA, Franciele Ariene Lopes. Assédio moral e gênero na universidade pública: ressonâncias do produtivismo no trabalho docente. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, p. 1841–1855, 2020.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 2, p. 8–19, 2001.

FUENTES-VÁSQUEZ, Lya Yaneth. "Cuentos que no son cuentos": acoso sexual, violencia naturalizada en las aulas universitarias. **Nómadas**, n. 51, p. 135–153, 2019.

GAMBOA-SOLÍS, Flor de María. Acoso sexual en la universidad: de protocolos y protocolos. **Nómadas**, n. 51, p. 211–221, 2019.

GONZÁLEZ-RAMÍREZ, Isabel. Conflictos de acoso sexual en las universidades chilenas y su tratamiento restaurativo. **Revista de Derecho**, v. 37, n. 1, p. 101–122, 2024.

GUSCHKE, Bontu; BUSSE, Kaitlin; KHALID, Farhiya; MUHR, Sara Louise; JUST, Sine Norholm. Sexual harassment in higher education: experiences and perceptions among students at a Danish university. **Kvinder, Køn & Forskning**, v. 27, n. 1–2, p. 11–30, 2019.

HAMADA, Amal; KHEIR, Ahmed; HAMDY, Enas; YOUSSIF, Heba. Fighting sexual harassment on campus: how local contexts of different universities affect the dynamics and outcome of these efforts. **IDS Bulletin**, v. 51, n. 2, p. 59–74, 2020.

HARLESS, Jessica. The university classroom, harassment, and challenging provocation. **Educational Theory**, v. 69, n. 1, p. 91–109, 2019.

HARRISON, Emma D.; FOX, Claire L.; HULME, Julie A. Student anti-bullying and harassment policies at UK universities. **Journal of Higher Education Policy and Management**, v. 42, n. 5, p. 547–562, 2020.

HE, Hong; WANG, Xin; WANG, Pan; LIU, Siyuan. Association between sexual harassment intervention strategies and the sexual harassment perception and attitude of university students in Beijing, China. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 39, n. 1–2, p. 214–236, 2024.

HERNÁNDEZ-ROSETE, Daniel; GÓMEZ-PALACIOS, Juan Carlos. Being a woman and studying laws: anthropological approaches to harassment and resistance at a public university in Mexico City. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, e00123420, 2021.

KMEC, Julie A.; O'CONNOR, Lindsey T.; HOFFMAN, Shekinah. Beliefs about gender and meritocracy and the evaluation of sexual harassment in a university research setting. In: **Diversity and Discrimination in Research Organizations**. Bingley: Emerald Publishing, 2022. p. 289–329.

KLEIN, L. B.; MARTIN, Sandra L. Sexual harassment of college and university students: a systematic review. **Trauma, Violence & Abuse**, v. 22, n. 4, p. 777–792, 2021.

LAI, Jianchao; PARK, Eunhee; AMABILE, Claire Jo'Al; BOYCE, Sabrina C.; FIELDING-MILLER, Rebecca; SWENDEMAN, Dallas; OAKS, Laury; MARVEL, Daphne; MAJNOONIAN, Araz; SILVERMAN, Jay; WAGMAN, Jennifer. "They don't see us": Asian students' perceptions of sexual violence and sexual harassment on three California public university campuses. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 39, n. 7–8, p. 1431–1456, 2024.

LAY, J. Celeste. Policy learning and transformational change: university policies on sexual harassment. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 40, n. 1, p. 156–165, 2019.

LOMBARDO, Emanuela; BUSTELO, Maria. Sexual and sexist harassment in Spanish universities: policy implementation and resistances against gender equality measures. **Journal of Gender Studies**, v. 31, n. 1, p. 8–22, 2022.

MAPAYI, Boladale; OLONINIYI, Ibidun; HARRISON, Abigail. Investigating the culture around sexual harassment in first-generation universities in Southwestern Nigeria: protocol for a mixed methods study. **JMIR Research Protocols**, v. 12, n. 1, e42318, 2023.

MIRAZIĆ, Milica; DUHAČE, Daša. Institutional mechanisms for combatting sexual harassment in higher education institutions: the case of the University of Belgrade. In: **Overcoming the Challenge of Structural Change in Research Organisations – A Reflexive Approach to Gender Equality**. Bingley: Emerald Publishing, 2022. p. 113–124.

MONSALVE, Luisa Fernanda Duque; GÓMEZ, Valeria Mayne; GIRALDO, Edna Rocío Rubio; PIEDRAHITA, María Alejandra Jane; ARANGO, Bibiana Catalina Cano. Acoso sexual en contextos universitarios: revisión de investigaciones entre 2006 y 2020. **Revista de la Educación Superior**, v. 53, n. 209, p. 37–58, 2024.

O'CALLAGHAN, Erin; SHEPP, Veronica. Only we can protect us: labor and anti-harassment organizing within the neoliberal university. **Social Sciences**, v. 12, n. 6, p. 330, 2023.

OLIVEIRA, Catarina Sales; VILLAS-BOAS, Susana; HERAS, Soledad Las. Assédio no ritual da praxe académica numa universidade pública portuguesa. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 80, p. 49–67, 2016.

ÖSTERGREN, Per-Olof; CANIVET, Catarina; PRIEBE, Gisela; AGARDH, Anette. Validation of Lund University Sexual Harassment Inventory (LUSHI). **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 24, e16724, 2022.

PILGAARD, Frida; AGARDH, Anette; ÖSTERGREN, Per-Olof; PRIEBE, Gisela. Association between experiences of harassment and sexual harassment among employees at a Swedish university. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 1, e11, 2022.

RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, Ignacio; HERAS-GONZÁLEZ, Purificación. How are universities using information and communication technologies to face sexual harassment and how can they improve? **Technology in Society**, v. 62, e101287, 2020.

RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, Ignacio; HERAS-GONZÁLEZ, Purificación. A study of the protocols for action on sexual harassment in public universities: proposals for improvement. **Social Sciences**, v. 9, n. 8, e128, 2020.

SHIGIHARA, Olga Amelia Cribilleros; CHIRINOS, Olga Patricia Gamarra; VÁSQUEZ, Aníbal Teobaldo Vergara. Medios de prevención para disminuir el hostigamiento sexual en instituciones universitarias. **Clío. Revista de Historia, Ciencias Humanas y Pensamiento Crítico**, n. 8, p. 199–214, 2024.

SIDELIL, Leul Tadesse; CUTHBERT, Denise; SPARK, Ceridwen. Institutional betrayal and sexual harassment in STEM institutions: evidence from Ethiopian universities. **Gender and Education**, v. 34, n. 2, p. 231–246, 2022.

SIYEZ, Diğdem Müge; ERCAN, Gülsüm Songül; ESEN, Erol; SOYLU, Yağmur; BARAN, Bahar; FIRUZAN, Esin; BELKİS, Özlem; SEZER, Tijen Dündar; GÜNEY, Mercan Efe; ERGÖNEN, Akça Toprak; GÜNAY, Türkan; TEZCAN, Senem; ÖZTÜRK, Barışcan. Attitudes of Turkish university students and staff toward sexual harassment and assault. **SAGE Open**, v. 11, n. 4, e215824402110613, 2021.

VERDÚ-DELGADO, Ana D.; GUARDERAS-ALBUJA, Paz. “Nadie dice nada”: percepción de estudiantes sobre el acoso sexual universitario en Ecuador. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, n. 79, p. 147–165, 2024.